

TENSÕES AGRÍCOLAS E AGRÁRIAS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

ANITA BRUMER

Professora de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS

Professor de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O objetivo deste trabalho é analisar as principais transformações ocorridas nas dimensões agrícolas e agrárias da agricultura brasileira, durante as últimas décadas, examinando seus efeitos sobre a população envolvida na produção agropecuária e sobre a transição democrática.

Desde a década de 60, as políticas públicas, agrícolas e fundiárias, destinadas à agricultura e à população rural, têm variado bastante, ora beneficiando ora deixando de lado determinados grupos de produtores e afetando de forma diversa os diferentes grupos populacionais que vivem no campo. As reações de produtores e dos que almejam obter terra para produzir representam uma resposta a essas políticas e, com frequência, podem provocar modificações em políticas já existentes ou influenciar a criação de outras.

Na primeira parte, examinam-se as principais mudanças agrícolas ocorridas desde meados da década de 60 até metade dos anos 80. Na segunda, são apresentados o panorama fundiário e a estrutura agrária da sociedade brasileira. Na terceira, é feita uma descrição do campo de conflitos sociais agrários nos últimos anos. Na quarta parte, são tratadas as mudanças registradas a partir de 1985 até o presente. Finalmente, na quinta parte, são apresentados alguns pontos relevantes para o futuro da população envolvida na produção agropecuária e para a construção da democracia brasileira.

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Diversos autores caracterizam o período de governo militar, que vai de 1965 até 1979, como de “modernização conservadora”, no qual o Estado assumiu um papel

importante na indução da modernização da agricultura através de créditos subsidiados.¹ Como indica Martine (1987:9), “o novo modelo apoiava-se tanto na oligarquia rural preocupada com a efervescência dos movimentos sociais no campo, como nos setores mais modernos do capital urbano interessados na ampliação do seu raio de atuação”. Como meta final, o modelo visava a internacionalização da economia brasileira e a aceleração do processo de industrialização.

A modernização implantada neste período foi avaliada como “conservadora” porque o crédito agrícola subsidiado privilegiou preferencialmente os grandes produtores “modernos”, a compra de máquinas, sementes e insumos também modernos e as culturas destinadas ao mercado externo, criando ou reforçando a diferenciação entre estados, produtores de diferentes produtos e categorias de produtores. A seletividade do crédito é indicada pelo fato de que apenas uma pequena parte dos produtores (14,4% do total, de acordo com o Censo Agrícola de 1975) tiveram acesso ao crédito (Araújo, 1983). No que se refere às culturas mais favorecidas, apenas seis produtos receberam a maior parte do crédito de custeio: café, cana-de-açúcar, arroz, milho, soja e trigo.

De acordo com Martine e Beskow (1987:22-3), “o crédito rural subsidiado consistiu num instrumento de articulação e convergência entre os seguintes atores sociais: os proprietários rurais/burguesia agrária, o grande capital com interesses na agricultura (destacando-se os ramos industriais fornecedores e processadores da produção agrícola – a montante e a jusante), os capitais de origem urbana preocupados com a aplicação de capital produtivo na agricultura e com a especulação de terras, os bancos e o estado”. Como consequência, deu-se “uma cres-

cente diferenciação e divisão de trabalho entre produtores maiores subsidiados, equipados com tecnologia moderna e orientados para o mercado externo ou a agroindústria, por um lado, e a grande massa de pequenos produtores sem acesso à tecnologia e à assistência técnica, cuja produção se destina ao autoconsumo e ao mercado interno, por outro” (Martine e Beskow, 1987:32).

O exemplo da soja é sintomático. Como indicam os dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1980, 60,8% da produção de soja, no Brasil, em 1970, era feita em estabelecimentos de menos de 50 hectares. Durante a década de 70, a expansão do produto ocorreu principalmente em estabelecimentos maiores, resultando que, em 1980, os estabelecimentos com menos de 50 hectares produziam apenas 33,3% de sua produção total. Ao mesmo tempo, os estabelecimentos com 200 hectares ou mais ampliaram sua participação na produção de soja, entre 1970 e 1980, de 22,4% para 41,0% (Brumer, 1994: nota 7, p.95).

As políticas de modernização favoreceram as culturas destinadas à exportação e/ou às agroindústrias, tais como cana-de-açúcar, café, trigo e soja, deixando num plano secundário a produção de gêneros de consumo da população de renda mais baixa, tais como feijão e mandioca (Martine e Garcia, 1987).

Entre as conseqüências deste período estão o aumento da concentração da propriedade da terra, a redução dos espaços territoriais ocupados por arrendatários, posseiros e outros pequenos produtores e a ocorrência de um impressionante êxodo rural: quase 30 milhões de pessoas deixaram o campo entre 1960 e 1980 (Martine, 1989:7). O processo de urbanização foi acelerado, aumentando tanto o número de cidades como o tamanho da população residindo nas capitais dos estados e em algumas cidades do interior.

Desde a década de 60, em vários estados brasileiros, mas principalmente em São Paulo, formou-se um mercado capitalista de mão-de-obra rural, graças aos incentivos creditícios incluídos no pacote da “modernização conservadora” (estimulando a concentração de terras e o aumento na utilização de máquinas e insumos industrializados), às mudanças institucionais nas relações trabalhistas (que atribuíram ao trabalhador rural a legislação vigente desde 1945 para o trabalhador urbano, possibilitando a proletarização da mão-de-obra rural) e às condições favoráveis no mercado internacional. Grande parte dos trabalhadores residentes nos estabelecimentos agropecuários foram expulsos, sendo, em muitos casos, substituídos por trabalhadores temporários volantes (D’Incao e Melo, 1975; Simon et alii, 1982).

Outra categoria social gerada pela modernização conservadora foi a dos produtores familiares que utilizam técnicas modernas de produção. Para alguns autores, como

Muller (1982) e Sandroni (1980), esses produtores familiares modernizados são capitalistas, embora em pequena escala, e formam uma pequena burguesia agrária. Outros autores, como Wanderley (1981) e Graziano da Silva (1982), consideram que os produtores familiares são “trabalhadores para o capital”, fazendo parte, então, de uma forma particular de relações estabelecidas entre o trabalho e o capital.

Como indica Goodman (1986:146), “a maior concentração de lavouras familiares capitalizadas ocorre no setor de trigo e soja do Sul e do Sudeste brasileiros, como reflexo de especificidades históricas do desenvolvimento da produção de *commodities* e de perfis regionais de povoação de terras”. A lavoura capitalizada utilizadora de mão-de-obra familiar surge também em outros estados brasileiros, embora com menor incidência, principalmente como resultado de projetos governamentais, tais como o Polonordeste, o Projeto Sertanejo, e em projetos de irrigação, como o do Vale do São Francisco.

Numa análise da estrutura da produção no campo brasileiro, com base no Censo Agropecuário de 1980, Kageyama e Bergamasco (1989/90) construíram uma tipologia das unidades produtivas, utilizando os critérios “composição da força de trabalho”, “área total” e “utilização de tratores”. O resultado foi a organização de um conjunto formado por “empresas capitalistas” e outro por “unidades familiares”. De acordo com as autoras, “as unidades que usam trabalho familiar ocupam pouco mais de 40% da área total, geram 50% do valor da produção e abrigam 75% do pessoal ocupado e mais de 50% dos tratores utilizados na agricultura”. Como a situação das unidades produtivas “familiar” ou “capitalista” apresenta uma certa heterogeneidade, as autoras classificaram as unidades produtivas brasileiras (num total de 5.151.155 estabelecimentos) em oito grupos: estabelecimentos que utilizam apenas trabalho familiar, com menos de 10 hectares (26,3% do total); estabelecimentos que utilizam apenas trabalho familiar, com mais de 10 hectares (17,3% do total); estabelecimentos que combinam o uso de mão-de-obra familiar com trabalho temporário (23,2% do total); empresas familiares extensivas (0,2% do total); empresas familiares intensivas (4,5% do total); empresas capitalistas com menos de dois hectares (5,9%); empresas capitalistas extensivas (0,7%); e empresas capitalistas intensivas (21,9% do total).

A partir de 1976, o governo passou a diminuir os incentivos creditícios. Começou por eliminar o crédito para investimento para, no início da década de 80, reduzir o montante de crédito destinado à agricultura e cortar grande parte dos subsídios implícitos no crédito de custeio. Iniciava-se, assim, o que pode ser chamado de crise do modelo de desenvolvimento baseado no crédito subsidiado.

Entre 1980 e 1985, as aplicações totais na agricultura e pecuária foram reduzidas à metade: de 250 bilhões de cruzados passaram para 124 bilhões de cruzados, em valores constantes (Martine, 1989:7).

Entretanto, apesar da retração do crédito subsidiado, a produção agropecuária apresentou, durante a primeira metade da década de 80, um bom desempenho, com exceção em 1983, quando foi afetada por problemas climáticos (Martine, 1989:8). Segundo Kageyama et alii (1987), o bom desempenho da agropecuária brasileira, após a gradativa retirada dos subsídios, demonstrava que a estrutura produtiva dos complexos agroindustriais encontrava-se tecnologicamente consolidada, sendo capaz de reagir a estímulos de mercado, o qual teria sido favorecido pela introdução do mecanismo dos preços mínimos, pelo governo, a partir dos primeiros anos da década. Graças a esta política, o governo comprometia-se a comprar os produtos agrícolas incluídos no programa pelo preço mínimo estabelecido, independentemente dos preços vigentes no mercado.

Como a soja era um dos produtos incluídos no programa de preços mínimos, a incorporação de novas áreas com o plantio do produto, principalmente no Centro-Oeste (Pares, 1989),² no início da década de 80, em grande parte beneficiado com a política de preços mínimos, também contribuiu para a manutenção de taxas razoáveis de crescimento (Martine, 1989).

Na verdade, como indica Martine (1989), o subsídio incorporado ao crédito destinado à agropecuária não foi totalmente eliminado, mas sim destinado a um grupo de beneficiários mais selecionado. Deste modo, o crédito subsidiado continuava a ser o principal elemento responsável pela viabilização da agricultura brasileira entre 1980 e 1985. Assim, “o maior crescimento no período foi registrado pela cana-de-açúcar, protegida pelos múltiplos mecanismos do Proálcool. Os outros produtos de desempenho favorável foram trigo, soja, cacau, algodão e laranja, todos mais ou menos beneficiados por mecanismos especiais relacionados aos esforços de ajuste externo ou – como no caso da laranja – por fatores externos” (Martine, 1989:11).

De acordo com Delgado (apud Martine, 1989), entre 1980 e 1984, “praticou-se uma política agressiva de produção, apesar da contenção de crédito, protegendo-se assim a rentabilidade de determinados segmentos empresariais via preços”. Os principais instrumentos desta política foram duas maxidesvalorizações cambiais, que elevaram os preços dos produtos exportados; a modificação da sistemática de garantia de preços (baseada em indexação desde 1981 e combinada com elevação real dos preços a partir de 1983); o aumento do subsídio no crédito de custeio para alguns setores; a redução da concessão de crédito

para investimento; e a elevação das taxas nominais de juros (Rezende, apud Martine, 1989:11).

Entre 1980 e 1994, ao mesmo tempo em que o aumento da exportação de alguns produtos favorecidos puderam gerar elevados saldos comerciais, registrou-se uma forte recessão econômica, cujos indicadores principais foram o declínio da produção industrial, a diminuição do montante da massa salarial e aumento do desemprego e o decréscimo do poder aquisitivo da população urbana de baixa renda, caracterizado pela redução do consumo de diversos produtos da cesta básica de alimentos (Martine, 1989:11-2). Paradoxalmente, segundo Rezende, “as principais culturas alimentares de mercado interno” (tais como arroz, feijão, mandioca e milho) “melhoraram seu desempenho produtivo na primeira metade dos anos 80 em comparação com comportamento observado na década de setenta” (Rezende, 1988), o que provavelmente pode ser explicado pela expansão da pequena agricultura e pela implementação de uma política de preços mínimos.

A diminuição da rentabilidade de grande parte dos cultivos agrícolas – pela falta de créditos e subsídios – e a incapacidade de absorção da população urbana no mercado de trabalho tornaram mais atrativa a pequena produção agrícola: de acordo com o Censo Agropecuário de 1985, o número de pequenos estabelecimentos agrícolas apresentou um crescimento de cerca de 10% no período, passando de 5,2 milhões, em 1980, para 5,8 milhões, em 1984 (Martine, 1989:12). Este aumento foi mais importante nas regiões mais pobres do país (Nordeste e Norte) e concentrou-se principalmente nas categorias de membros familiares não-remunerados dos pequenos estabelecimentos, os parceiros e os posseiros. A categoria de posseiros (isto é, de unidades produtivas cujos responsáveis não têm o título de propriedade da terra), de acordo com as Estatísticas Cadastrais Anuais do Mirad, apresentou um aumento de cerca de 130% entre 1972 e 1987, enquanto os dados do Censo Agropecuário de 1985 revelam que o número de ocupantes teve um incremento de 16,5% entre 1980 e 1985 (Tavares dos Santos, 1994:146-7).

De acordo com Martine (1989:14-15), outros indicadores existentes para o período 1980-85 mostram uma redução do dinamismo geral das atividades agropecuárias e a reabertura de espaço para o minifúndio e para a busca de sobrevivência entre as formas não-capitalistas ou menos organizadas da produção agrícola. Entre estes indicadores estão: diminuição significativa da área utilizada com culturas permanentes e aumento da área cultivada com lavouras temporárias; redução no ritmo de incorporação de máquinas agrícolas; redução no ritmo de crescimento do rebanho e mudança do epicentro da criação de gado do Sudeste para o Centro-Oeste e, em menor escala, para o Norte; desaceleração do ritmo de incorpo-

ração de terras de fronteira em relação aos períodos anteriores, sendo notável apenas a expansão do Centro-Oeste; diminuição do crescimento do pessoal ocupado em atividades agropecuárias em relação aos períodos anteriores, principalmente devido ao processo de "minifundização"; e declínio da importância de proprietários e arrendatários e aumento correspondente nas categorias de parceiros e ocupantes.

Assim, podem ser sintetizadas as principais transformações registradas na década de 80: por um lado, continuou o êxodo rural, sendo que as correntes migratórias internas mantiveram seu direcionamento para as regiões Centro-Oeste e Norte do país, alimentadas pela continuidade da política de ocupação de novas terras, seja como colonização, seja enquanto programas de reforma agrária; por outro lado, permaneceu a diversidade dos estabelecimentos, inclusive com um incremento dos pequenos, em particular nas regiões Sul e Nordeste. Enfim, a vitalidade das culturas de alimentos, em parte estimulada pela política de preços mínimos dos primeiros anos da década, manteve-se alterando a anterior predominância das culturas de exportação.

O CAMPO DE CONFLITOS AGRÁRIOS NO BRASIL ATUAL

As tensões sociais, rurais e urbanas da sociedade brasileira atual redefinem o significado da reforma agrária: as forças sociais democráticas estão propondo modos diversos não apenas de apropriação da terra, mas também de uso da terra, bem como a instalação de unidades econômicas camponesas e unidades de produção familiar em distintas regiões do país. A luta pela terra e a reforma agrária transformam-se em luta pela construção de uma nova cidadania para todos aqueles que foram excluídos da terra e da participação social. Trata-se de uma luta eminentemente política, pois justamente em torno da propriedade e do uso da terra configurou-se um novo campo de conflitos agrários.

Na agricultura brasileira, a terra continua a constituir um meio de produção fundamental, fonte de apropriação da renda capitalista da terra, de exploração do sobrelavor dos camponeses e da mais-valia dos trabalhadores rurais. A terra também é a base do poder político, local e regional, uma garantia de exercício das práticas de dominação clientelísticas, manipuladas pelos agentes do capital e da propriedade fundiária e pelos representantes do Estado intervencionista: a propriedade privada da terra constitui um dos fundamentos do prestígio social e do exercício da dominação.

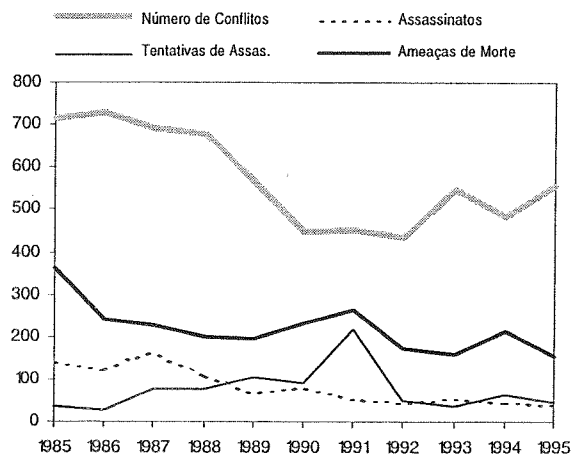
Deve-se salientar duas características da estrutura da propriedade da terra no Brasil: a extrema concentração

da propriedade e a relação entre áreas produtivas e áreas improdutivas. Do total de 3.114.898 imóveis rurais, abrangendo 311.364.012 hectares, cerca de 44.000 imóveis detêm 60% da área. Quanto ao uso, cerca de 62,4% da área é improdutiva, sendo que, na região Sul, 42,3% das terras são consideradas improdutivas e, na região Sudeste, 50,4% (Incra, 1996). Em outras palavras, durante o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, a propriedade da terra permaneceu não apenas como patrimônio econômico, como meio de produção, mas também como fonte do poder político. Porém, trata-se de uma posição de poder que não aceita a transformação tecnológica da agricultura, mantendo vastas áreas de terra como improdutivas. Estamos diante não só de uma larga concentração da propriedade fundiária, mas também de um tipo de uso da terra que a mantém improdutiva.

A realidade brasileira expressa uma ampla conflitualidade nos espaços sociais agrários. No período 1985-95, manteve-se elevado o número de conflitos no campo, envolvendo problemas de terra, ocorrência de trabalho escravo, conflitos trabalhistas e outros vinculados à seca, ao movimento sindical e à política agrícola. Houve três fases na ocorrência de conflitos no campo, neste período: entre 1985 e 1989, verificou-se uma grande ocorrência de conflitos, seguida de uma redução relativa, entre 1990 e 1992, e posterior aumento nos anos de 1993 a 1995. Ao mesmo tempo, ocorreu uma queda no número de assassinatos no campo entre 1988 e 1990, mantendo-se a média de 48 assassinatos anuais entre 1991 e 1995. Porém, de 1995 até junho de 1996, registrou-se uma enorme ocorrência de mortes, principalmente pela ação da Polícia Militar nos estados de Rondônia e do Pará (Tabela 1 e Gráfico 1).

GRÁFICO 1

Violência no Campo
Brasil - 1985-96



Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Tabulações especiais dos autores.

TABELA 1
Violência no Campo
Brasil - 1985-96

Discriminação	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Total
Número de Conflitos	712	729	691	680	566	448	453	433	545	485	554	-	6.296
Assassinatos	139	122	161	110	67	82	54	47	52	47	41	47	967
Tentativas de Assassinato	37	27	77	76	106	90	217	48	37	62	43	-	820
Ameaças de Morte	361	241	228	197	194	232	263	173	156	212	155	-	2.412

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Tabulações especiais dos autores.

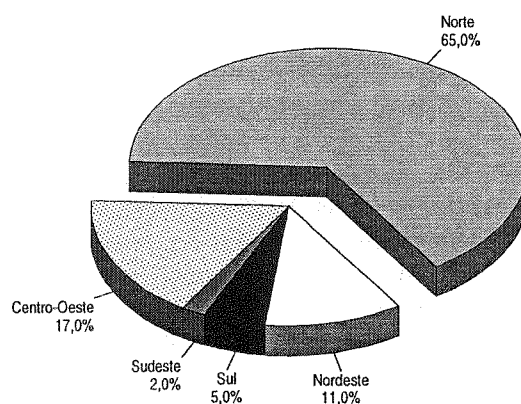
Tais acontecimentos estendem-se por todas as regiões brasileiras, concentrando-se nas regiões Nordeste (principalmente nos estados da Bahia e Maranhão) e Norte (em particular, no estado do Pará), sendo significativo o deslocamento dos conflitos, desde 1995, para as regiões Sudeste e Sul. Em outras palavras, os diferentes segmentos da burguesia agrária apresentam uma relação de apropriação, material e simbólica, com a terra que é decisiva em suas estratégias de reprodução social. Por conseqüência, aqueles grupos sociais que discordam da atual estrutura da propriedade fundiária, que querem manter a terra na qual têm morada habitual e cultura permanente, ou que tentam realizar o "sonho da terra", precisam ser punidos. O recurso à violência é a resposta de setores das classes dominantes agrárias a uma tentativa de rompimento daquela relação, de ordem material e simbólica, com a propriedade da terra na sociedade brasileira.

Desde a instauração da Nova República, ao longo do período que denominamos de "reforma agrária limitada", de 1985 a 1994, a política de assentamentos do I Plano Nacional de Reforma Agrária apresentou resultados muito similares – do ponto de vista das regiões de instalação das famílias – à política de colonização do período autoritário-militar, conforme indica uma comparação entre os dois períodos (Tavares dos Santos, 1995).

Vale relembrar a distribuição regional dos programas de colonização, implementados entre 1927 e 1984, e dos programas de assentamento, entre 1985 e 1994, segundo o volume de famílias instaladas. No primeiro período, entre 1927 e 1945, as regiões Centro-Oeste e Sul apresentaram o maior contingente de colonos; no período seguinte, de 1946 a 1964, a região Centro-Oeste acolheu metade das famílias, seguida pela região Nordeste. Já no período autoritário-militar, identifica-se a predominância das regiões Norte (65% das famílias instaladas) e Centro-Oeste (17%), as duas chegando a instalar 82% dos colonos, e da região Nordeste (11%) (Gráfico 2).

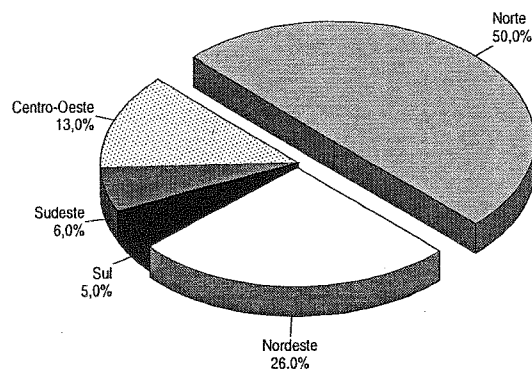
Finalmente, os dados disponíveis sobre os assentamentos realizados entre 1985 e 1994 revelam que se manteve

GRÁFICO 2
Famílias Instaladas em Programas de Colonização e de Assentamento, segundo Regiões
Brasil - 1965-84



Fonte: Incra

GRÁFICO 3
Famílias Instaladas em Programas de Colonização e de Assentamento, segundo Regiões
Brasil - 1985-94



Fonte: Incra

uma expressiva participação de assentamentos nas regiões Norte (50%) e Centro-Oeste (13%), totalizando portanto 63% das famílias instaladas, embora a região Nordeste tenha aumentado sua participação (26% das famílias assentadas). É digno de nota o fato de a região Sul não apresentar um aumento da participação no total das famílias assentadas, mantendo-se com 5% em ambos os períodos, malgrado a intensificação das lutas sociais pela terra ocorridas nesta região nos últimos dez anos (Gráfico 3).

Ao se observar o período recente (1995-96), verifica-se um expressivo aumento do número de assentamentos e de programas, ainda que haja um contencioso acerca de programas de regularização fundiária, de colonização e de assentamento. Através dos dados do Inca, nota-se, em termos de uma distribuição regional das famílias instaladas, que a maior parcela está na região Nordeste (49%), seguida pela Centro-Oeste (26%) e Norte (14%). Assim, tanto a região Sul como a Sudeste mantêm sua participação relativa de 6% e de 5% no total de famílias assentadas, de 1985 a 1996.

A indicação dos principais estados brasileiros onde se localizaram os programas de assentamento mostra uma expressiva concentração nos mesmos estados onde se processava a realização de programas de colonização, de 1927 a 1984, predominantemente nas regiões Norte e Centro-Oeste, embora deva-se notar o expressivo aumento no Nordeste de famílias assentadas nos dois últimos anos.

Tal continuidade vem a sugerir que não se efetuou, até hoje, uma política de reforma agrária massiva no Brasil, se entendermos por tal noção uma redistribuição da propriedade da terra e do poder no espaço agrário.

Pode-se avançar na análise indicando a relação entre programas de colonização e de assentamento e conflitos no campo: tomando como unidade de análise os municípios em que empiricamente houve tal cruzamento, no período 1927-94,³ têm-se 595 municípios, em um universo de 4.000, cerca de 15% do território, nos quais localizam-se 1.102 programas de colonização e de assentamento,

instalando 350.573 famílias, em 37.037.000 hectares. Nestes mesmos 595 municípios, houve 2.110 casos de conflitos agrários apenas no período 1985-94, envolvendo 136.794 famílias e cobrindo uma área de 20.913.949 hectares. Em outras palavras, cerca de 40% do número total de famílias instaladas em programas de colonização e de assentamento estiveram envolvidas em conflitos nos mesmos municípios nos quais foram instaladas.

Ao mesmo tempo, existe uma relação inversa entre os conflitos e os assentamentos, entre 1985 e 1995: à medida que se reduzem os assentamentos, aumentam os conflitos no campo, e vice-versa, ficando em aberto, a partir do último ano, se o expressivo aumento dos assentamentos implicará uma redução dos conflitos (Tabela 2 e Gráfico 4). Em termos gerais, evidencia-se, assim, a violência programada enquanto forma de dominação na sociedade brasileira contemporânea.

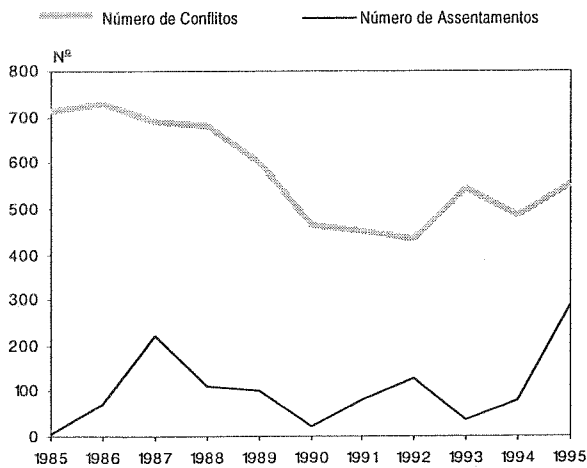
A partir da promulgação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, pode-se dizer que houve um processo de reposicionamento dos agentes do campo de conflitos agrários em relação à política fundiária. A posição dos trabalhadores rurais e dos camponeses sofreu os efeitos da crise do I PNRA, pois o sindicalismo rural passou por transformações significativas: por um lado, houve uma crise no "sistema Contag", o qual sustentou o I PNRA desde seu início até 1987, tendo sido quase cooptado politicamente; e por outro, as bases do movimento social dirigiram-se para outras correntes políticas no interior do movimento sindical. Trata-se de um conflito pela representação legítima dos camponeses e dos trabalhadores rurais entre uma posição que aceita a inserção em uma lógica do Estado (uma espécie de política de cooptação) e outra que se orienta por uma prática sindical de representação da luta pela terra. Na primeira posição, encontrava-se o "complexo Contag" e, na segunda, estavam a CUT, o MST, a CPT e as associações locais de pequenos produtores. Mais recentemente, houve uma mudança da posição da Contag, que realizou uma composição política com a CUT.

TABELA 2
Conflitos no Campo e Assentamentos
Brasil - 1985-95

Discriminação	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Número de Conflitos	712	729	691	680	601	466	453	433	545	485	554
Número de Assentamentos	3	69	222	111	100	21	78	130	37	79	289
Assassinatos	139	122	133	102	66	79	54	46	52	47	47
Hectares com Conflitos	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	7.037.722	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731
Hectares com Assentados	29.435	401.383	1.639.452	1.697.442	717.131	231.363	806.075	1.755.933	165.091	683.123	0

Fonte: Comissão Pastoral da Terra; Inca. Tabulações especiais dos autores.

GRÁFICO 4
Conflitos no Campo e Assentamentos
Brasil - 1985-95



Fonte: Comissão Pastoral da Terra; Inkra. Tabulações especiais dos autores.

Do outro lado, estão os grupos dominantes no espaço social agrário que ocupam, enquanto uma burguesia agrária, uma posição de domínio, nas esferas econômica, social e política. Pode-se caracterizar a burguesia agrária como uma fração das classes dominantes, cuja especificidade é dada pela apropriação da terra (por propriedade, arrendamento ou ocupação) e pela inversão de capital no processo de trabalho agropecuário. A origem do excedente por ela apropriado – a renda capitalista da terra combinada com a mais-valia do empreendimento econômico – reside na exploração do sobretabalho dos camponeses e na mais-valia dos trabalhadores assalariados. É possível ainda identificar alguns grupos dentro da burguesia agrária, desde os grandes proprietários de terras até os empresários rurais, com diversos ramos produtivos e com variados perfis tecnológicos. De modo significativo, pode ser constatado que: “Aqueles momentos de ameaça de perda da propriedade fundiária foram momentos de intensa mobilização de classe, que trazem para o centro da cena social e política elementos de unidade que opõem os grandes proprietários fundiários aos seus opositores” (Ramos, 1995:235). Esta posição funda-se em uma defesa do direito de propriedade, absolutizando a propriedade fundiária, sem nenhuma consideração por sua dimensão social.

A burguesia agrária controla votos, exercendo uma política de clientela que se baseia na troca de votos por concessões políticas, permanecendo como base de sustentação do poder político brasileiro, ocupando uma posição dominante no campo de conflitos agrários: “As estratégias de reprodução da burguesia agrária relacionam-se

em um campo de conflitos onde a atuação dos opositores (MST, Sindicatos, Igreja e partidos políticos) e do Estado influencia decisivamente: dadas as práticas políticas dos opositores, bem como as políticas do Estado, os agentes tendem a alterar suas práticas e articulações políticas” (Ramos, 1995:227).

Este campo de conflitos sociais, que pode eclodir abertamente desde o início do regime civil, assumiu uma centralidade no processo da Assembleia Nacional Constituinte. O ano de 1988 foi marcado pela promulgação da nova Constituição, que incluiu, entre outras, regras referentes à política agrícola, à política fundiária e de reforma agrária, ao meio ambiente e à seguridade social e previdência social. No que diz respeito à política fundiária e de reforma agrária, os dispositivos constitucionais foram regulamentados em fevereiro de 1993. Através da Lei Agrária de 1993 (Lei n. 8.629), foram estabelecidos “critérios operacionais para regulamentação do princípio da função social da propriedade fundiária. Define ‘propriedade produtiva’, ‘pequena e média propriedade’, ‘grau de utilização’ e ‘grau de eficiência’ na exploração de terras e, a partir desses critérios, delimita as condições para desapropriação de terras com vistas a reforma agrária” (Delgado, 1995:202). Podem ser detectados três grandes agentes de posição neste campo de conflitos agrários: a burguesia rural; o movimento dos trabalhadores rurais e dos camponeses; e o Estado, através de agências civis e militares. Pode-se dizer que permanece no horizonte a configuração da questão agrária como problema militar, evidenciado pela presença não só das Polícias Militares Estaduais nos embates, mas também de militares na estrutura de gestão do Inkra.

A TRANSIÇÃO PARA O ANO 2000

Em 1984, depois de 20 anos de ditadura, os militares deixaram o poder, tomando posse o primeiro presidente civil da Nova República. Já no segundo semestre deste ano, observou-se o início da recuperação econômica, sustentada pelos incentivos à exportação do setor industrial. Paralelamente, a dinamização do emprego urbano voltou a impulsionar a demanda interna de produtos agrícolas, que foi ainda mais estimulada com a implementação do Plano Cruzado, em 1986.

O Plano Cruzado consistiu na adoção de preços de garantia mais elevados para os produtos da cesta básica, taxas de juros reais negativas do crédito rural, aumentos no volume de crédito disponível para custeio e investimento rural e sustentação das perdas de safra em 1985-86 (Martine, 1989:17).

Graças a estas medidas, e principalmente devido às regras de juros fixos, os agricultores puderam novamente

beneficiar-se com um elevado subsídio implícito no crédito rural e com a expansão do consumo interno. Como resultado, produziram uma supersafra em 1985/86 – frustrada pela seca no Centro-Sul – e uma supersafra em 1986-87 (Martine, 1989:17).

Após o fracasso do Plano Cruzado, devido à retomada da recessão industrial e ao recrudescimento da inflação, o governo adotou medidas que incluíam o aumento dos juros e uma política de sustentação dos preços agrícolas. “A redução da demanda interna e a perspectiva de elevadas compras de produtos agrícolas pelo Governo fizeram crescer os estoques de arroz, milho e trigo, liberando novos ‘excedentes’ para exportação” (Martine, 1989:18). Além disso, em 1988 houve um aumento nos preços no mercado externo, em função da quebra de safra na América do Norte por condições climáticas desfavoráveis. Como resultado, as safras de 1987-88 e 1988-89 apresentaram incremento tanto no volume global de produção como em seus impactos sobre o saldo comercial (Martine, 1989:18).

Da mesma forma como durante o Plano Cruzado, a situação nutricional da população brasileira melhorou, devido à elevação do poder de compra dos salários, do aumento da produção dos gêneros alimentícios que compõem a cesta básica e do congelamento de preços, retornando os indicadores de nutrição, posteriormente, à situação anterior. Nesse sentido, existe um paradoxo na “disponibilidade de um ‘excedente’ de produtos básicos para exportação num país cuja população sofre de fortes carências nutricionais” (Martine, 1989:19).

Como indica Delgado (1995), a nova Constituição também criou um novo estatuto de seguridade social rural. “Em consequência, houve a duplicação em valor dos benefícios concedidos aos aposentados, pensionistas e anciões detentores da ‘Renda Mensal Vitalícia’, trazendo uma melhoria apreciável de condições de vida para uma parcela considerável da população rural abrangida, que se estima ser cerca de 60% da população rural total” (Delgado, 1995:202-3).

Ao mesmo tempo, a Constituição proporcionou uma divisão dos recursos públicos entre a União, estados e municípios, em detrimento do primeiro. De acordo com Delgado (1995), a perda de recursos fiscais pela União é um dos fatores responsáveis pela progressiva diminuição dos investimentos estatais nos sistemas de crédito rural, garantia de preços, incentivos fiscais, tecnologia e infraestrutura rural.

Com estas medidas, “o Brasil empreendeu um corajoso programa de desregulamentação dos seus mercados agrícolas. Principiando com a extinção dos institutos de comercialização, as reformas atingiam o setor de gastos públicos na agricultura e acabaram eliminando grande

parte das políticas de sustentação de preços no mercado e das intervenções do governo nos mercados de estoques de produtos agrícolas” (Lopes, 1996:205).

Com a extinção dos institutos de comercialização (tais como o Instituto de Açúcar e do Alcool, o Instituto Brasileiro do Café e a agência governamental de fomento do trigo nacional), são modificadas as instituições de incentivo a produtos específicos. Com a redução dos gastos públicos na agricultura, eliminam-se os subsistemas de regulação funcional do setor rural. Em consequência, a desregulamentação dos mercados agrícolas promove mudanças na produção agropecuária brasileira.

Pela análise de Lopes, “a redução dos gastos públicos na agricultura principiou em 1986. O corte mais drástico ocorreu entre 1988 e 1991: as despesas do segmento governamental total – gastos do orçamento, das despesas estatais, dos estados e municípios e das operações oficiais de crédito – caíram de 4,22% do PIB para 1,74%. Os gastos orçamentários da administração pública na agricultura passaram de US\$ 12,3 bilhões em 1986 para US\$ 3,2 bilhões em 1991” (Lopes, 1996:207).

“No período 1986-91, a desregulamentação dos mercados agrícolas realizou-se através de cortes mais drásticos no setor de abastecimento (preços mínimos, armazenamento, estoques reguladores, abastecimento de periferias e importações estatais de alimentos), cujos gastos diminuíram de US\$ 3,36 bilhões para US\$ 0,04 bilhão; no setor de crédito rural, com redução de gastos da ordem de US\$ 10,2 bilhões para US\$ 3,4 bilhões; e do setor de comercialização de café, cacau, açúcar e trigo, com cortes de US\$ 8 bilhões para US\$ 0,46 bilhão. A extensão rural (a extensão federal foi praticamente extinta em 1992) passou de US\$ 310 milhões para US\$ 40 milhões” (Lopes, 1996:207). Apenas a preservação do meio ambiente, a educação rural e a reforma agrária obtiveram aumento de recursos.

De acordo com os dados apresentados por Lopes (1996:208-209), praticamente todos os produtos agrícolas perderam ou deixaram de ganhar apoio governamental. As aquisições de produtos agrícolas foram eliminadas ou substancialmente diminuídas nos casos do algodão, da soja, do arroz, do feijão e do milho. Os financiamentos para comercialização também foram drasticamente reduzidos para produtos tais como algodão em caroço, fibra de algodão, arroz, milho e soja.

Entre as mudanças, estava o acordo de cooperação com os países do sul da América Latina, o Mercosul. O primeiro acordo neste sentido foi feito em 1986, quando foi assinado entre o Brasil e a Argentina o Projeto de Integração e Cooperação Econômica, com o objetivo de promover a comercialização conjunta dos dois países. Em 1990, o processo de integração regional foi estendido ao

Uruguai e ao Paraguai e, a partir de 1996, passa a incluir o Chile. Entre as políticas implantadas no Brasil para a aceleração do acordo de cooperação destacaram-se a suspensão da proibição de importação de produtos, a agilização da expedição de guias de exportação, a reforma tributária, regras mais liberais para o movimento de capitais e redução das tarifas alfandegárias (Almeida, 1995:184-185).

Assim, principalmente a partir de maio de 1989, o governo promoveu uma abertura comercial com o exterior, eliminando as barreiras não-tarifárias nas importações agrícolas e liberando as exportações. A consequência foi o crescimento das importações de produtos agrícolas, muitos dos quais recebem grandes subsídios no exterior, o que criou novas dificuldades aos produtores rurais. O Brasil passou a ocupar uma posição de grande importador de cereais, grãos e fibras.

Vários produtos tiveram sua produção reduzida. A área de plantio de trigo, por exemplo, diminuiu 40% (Lopes, 1996:210). O algodão produzido no Brasil também sofreu considerável redução, assim, como a área cultivada com arroz e com o milho. Ao mesmo tempo, aumentaram-se, significativamente, tanto o volume das importações desses produtos como a proporção das importações no total da produção consumida no país. De acordo com Lopes (1996), pelo menos no caso do trigo e do algodão, a competitividade sofre a concorrência desleal dos outros países, graças aos subsídios por eles concedidos, inexistindo, no Brasil, medidas compensatórias aos produtores nacionais.

Lopes (1996:211) estima que, como resultado destas políticas, cerca de 350 mil empregos foram perdidos na agricultura dos estados produtores de trigo e algodão. Apesar disso, os dados dos levantamentos realizados anualmente pelo IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), revelam uma retração dos índices de migração rural-urbana, o que se deve, por um lado, ao relativo fortalecimento da produção familiar – de um modo geral, pouco suscetível às mudanças na política agrícola, por ser menos dependente do crédito rural e de apoio à comercialização –, beneficiada pelo acesso dos idosos aos benefícios da aposentadoria e pelo aumento da distribuição de terras, e, por outro, pela incapacidade do setor urbano-industrial de criar empregos em quantidade suficiente para atender à demanda.

Alguns produtos, entre os quais a cana-de-açúcar e a laranja, tiveram sua produção aumentada. A maior parte da cana-de-açúcar destina-se à produção de álcool, consumido no próprio país. Apesar de o produto ter perdido muitos dos subsídios que recebia do Programa Proálcool, tornando-se menos lucrativo para os produtores, o preço do açúcar no mercado internacional subiu a partir de 1988,

o que veio a estimular sua expansão. Algo semelhante ocorreu com a laranja.

A produção brasileira da laranja, uma vez que se destina à exportação, depende das oscilações do mercado internacional. Desde 1993, no entanto, foi estipulado um preço mínimo ao produto, de forma a proteger os produtores das oscilações negativas daquele mercado. Como resultado, a produção nacional foi incentivada, tanto no Estado de São Paulo como em outras regiões cujo clima é favorável a seu cultivo (como é o caso do Rio Grande do Sul).

Outros produtos foram favorecidos após a implantação do Plano Real, em julho de 1994, que conseguiu diminuir os enormes índices de inflação que vigoraram no país durante algumas décadas, promovendo o aumento relativo dos salários mais baixos e melhorando a capacidade de consumo de grande parte da população. Em alguns estados brasileiros, por exemplo, verifica-se o aumento da produção e do consumo de frutas e hortaliças, de leite e de produtos lácteos, bem como de produtos industrializados. Do mesmo modo, a pecuária apresentou um crescimento expressivo entre 1995 e 1996.

Graças não só ao Plano Real, mas também a ações de programas governamentais, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e de diversas organizações não-governamentais (ONGs), constata-se a diminuição dos índices de mortalidade infantil no Brasil, principalmente no Nordeste (Revista Veja, 30/10/1996). Apesar disso, outros dados relativos ao Nordeste indicam que a região ainda necessita de enormes investimentos para que sua população – em grande parte rural – tenha uma qualidade de vida pelo menos aceitável.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que foram adotadas medidas visando a diminuição dos índices de mortalidade infantil, a falta de recursos é o principal responsável pela deterioração dos serviços de saúde prestados pelo governo federal às camadas mais pobres da população. Constituem exceção os municípios cuja administração utilizou parte importante dos recursos disponíveis para investimentos em saúde.

Lopes questiona o afastamento do Estado da regulamentação da agricultura, sem criar uma alternativa: “faltou uma política de envolvimento do setor privado, que deveria ter substituído o Estado nos mercados agrícolas: cortou-se o recurso e fez-se a desregulamentação dos mercados sem se colocar nada no lugar do Estado” (Lopes, 1996:209). Em consequência, tanto os juros elevados, que estão contidos na sustentação do Plano Real, como a falta de recursos para investimentos provocam incertezas e descontentamento entre os produtores capitalistas, que pressionam o governo federal visando mudanças em suas políticas agrícolas.

NO CAMINHO DO FUTURO: A DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA

Ao longo das duas últimas campanhas para a eleição presidencial, também o tema da reforma agrária esteve em todas as declarações de intenções, com variações em termos de metas numéricas de instalação de famílias de agricultores. Por conseguinte, evidencia-se a luta pela terra como uma luta política central na agricultura brasileira, uma vez que é justamente em relação ao fundiário que um novo campo de conflitos sociais se constituiu: neste campo, os agentes sociais ocuparam posições e assumiram posições, passando a ocorrer embates pela detenção legítima da propriedade e do uso da terra.

Um dos fatos mais significativos da sociedade brasileira, desde meados da década de 80 até o presente, foi o ressurgimento dos movimentos sociais de trabalhadores sem-terra, que já haviam sido ativos durante os anos 60, em torno do Master. Com o relativo fracasso dos programas de colonização executados pelo governo militar durante a década de 70 (Tavares dos Santos, 1993) e graças à abertura política iniciada a partir de 1979, foram deflagradas inúmeras invasões de terra em diversas regiões do país. Em 1984, foi criado o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que passou a liderar as lutas pela reforma agrária. Grande parte dessas ações foram bem-sucedidas e, embora em número inferior ao demandado pelo MST e atingindo apenas as áreas de conflito, foram realizados diversos assentamentos, principalmente a partir de 1985. O relatório realizado pela FAO (Guanziroli, 1994) registra a implantação de 524 assentamentos, beneficiando 94.026 famílias, entre 1985 e 1990.

Nos últimos anos, a estratégia dos acampamentos e da ocupação de terras públicas e de terras privadas improdutivas – estratégia iniciada em 1979, na Encruzilhada Natalino, e retomada no início da Nova República, em 1985, na Fazenda Anoni, ambas no Rio Grande do Sul – tem conseguido repercutir na imprensa e na opinião pública a questão da terra. Assim, segundo dados do MST, houve 182 acampamentos, envolvendo 22.000 famílias, em 1985, e 167 acampamentos, envolvendo 44.647 famílias, em 1966. Parece interessante observar a distribuição regional, por ordem decrescente, dos acampamentos por número de famílias: Bahia, Rio Grande do Sul, Pará, Mato Grosso, Paraná, São Paulo e Pernambuco, seguidos por outros estados, pois há acampamentos em 21 estados.

As informações sobre os assentamentos realizados têm sido objeto de um contencioso entre o Incra e o MST. Para 1995, seriam 42.912 famílias para o Incra, enquanto o MST afirma que seriam apenas 12.263 famílias assentadas, sendo que as outras seriam casos de regularização

fundiária. Até dezembro de 1996, para o Incra, haveria cerca de 51.136 assentamentos e, para o MST, seriam apenas 25.000 famílias assentadas em programas de reforma agrária, pois as restantes seriam casos de regularização fundiária e instalação em programas de colonização. A quais resultados chegaram os embates fundiários no Brasil atual?

Em termos globais, em 1.414 programas de assentamento, houve a instalação de 325.187 famílias de agricultores, numa área total de 26,0 milhões de hectares, nos últimos 30 anos, no espaço agrário brasileiro, assim distribuídas, para o ano de 1993: em 49 programas de Colonização Federal, foram assentadas 85.181 famílias, numa área de 14,1 milhões de hectares; em 634 programas estaduais, 116.746 famílias em 4,7 milhões de hectares; e em 731 programas de reforma agrária, 123.260 famílias em 731 hectares.

No período da Nova República, teria havido a instalação de 219.386 famílias, segundo o Incra (em 30/09/96), ou apenas 147.712 famílias, segundo o MST. Qualquer que seja a fonte, observa-se que a clientela de agricultores instalados atinge somente um pequeno universo dos denominados agricultores “sem-terra”, pois estes poderiam ser estimados, grosso modo, em 4,5 milhões de famílias, sendo que os novos agricultores representam apenas cerca de 7,2% daquele contingente. Mesmo que se considerem os dados do Incra (2,5 milhões de estabelecimentos familiares), ainda assim eles não corresponderiam a mais do que 12% daquele conjunto (Fao/Incra, 1995). Ao se comparar com o êxodo rural, o qual provoca uma redução considerável da população agrícola, verifica-se que não foi realizada uma redistribuição da propriedade fundiária no Brasil atual.

Paradoxalmente, ao longo dos últimos 30 anos, constata-se que a reforma agrária impôs-se na cena política brasileira, obrigando os partidos políticos, os diversos governos, as Igrejas, as organizações não-governamentais, os sindicatos e as associações a tomarem posição acerca da questão agrária. Como resultado, chega-se a uma proposta que abarca tanto a diversidade de formas de produção quanto a dimensão cultural enquanto resultado da experiência histórica acumulada, fazendo com que não se aceite sua redução a uma mera política social compensatória, pois trata-se agora de uma das dimensões da cidadania na sociedade brasileira (Medeiros, 1994).

Na atual conjuntura política, inaugurada em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso também colocou-se favorável à reforma agrária, malgrado as errâncias de sua implementação (Novaes, 1996). Já foram analisados, aqui, os dados sobre a instalação de agricultores nos últimos dois anos, reveladores de uma certa hesitação quanto à efetivação de uma redistribuição fundiária. No final

de 1996, a aprovação do rito sumário de desapropriação de terras e o novo modelo para o Imposto Territorial Rural trouxeram algum alento quanto à desapropriação de propriedades improdutivas, mesmo que alguns analistas sejam cautelosos quanto à eficácia de tais medidas.

Em face dos aspectos examinados, a geração de empregos no meio rural e a possibilidade de reprodução dos pequenos produtores familiares, assim como a preservação da qualidade dos alimentos e do meio ambiente, merecem preocupação especial, tendo em vista seu impacto social.

Análises recentes sobre o crescimento e desempenho da economia brasileira têm mostrado “a impossibilidade de geração de empregos no setor urbano-industrial capaz de absorver uma população ativa em rápida expansão” (Romeiro, 1994: 82). Tendo em vista as tendências de globalização da economia e de desenvolvimento tecnológico que gera um desemprego de natureza estrutural e, conseqüentemente, reduzem as perspectivas de absorção no mercado de trabalho urbano da população migrante, a dinamização da produção familiar na agricultura assume importância tanto econômica quanto política. Como alternativas mais viáveis estão, por um lado, a democratização do acesso à terra e, por outro, a adoção de políticas que oportunizem aos produtores rurais familiares um volume de renda que garanta sua reprodução no meio rural. Medidas paralelas visando o poder de consumo da população urbana – através de uma melhor distribuição de renda – ajudariam a garantir o escoamento da produção rural e o fortalecimento da produção familiar na agricultura.

O cruzamento das tensões agrícolas e das agrárias evidencia uma centralidade da questão fundiária na sociedade brasileira, base de um poder político atrasado em relação às forças democráticas em luta, indicando que a transição para o ano 2000 em muito dependerá de um processo de distribuição de renda, de melhoria das condições de vida e de saúde no campo, diminuindo as diferenças regionais, e de uma solução efetiva das questões agrícola e fundiária, a fim de que sejam superadas a exclusão social e a violência, viabilizando assim a democratização plena do espaço agrário brasileiro.

NOTAS

1. Ver, por exemplo, Graziano da Silva (1982), Martine (1989), Martine e Garcia (1987) e Delgado (1985).
2. Das aquisições do governo federal (AGF) de soja, com base no preço mínimo, realizadas entre 1985 e 1987, quase 90% foram firmadas no Centro-Oeste, onde a produção de soja provavelmente tinha um custo mais elevado do que no Rio Grande do Sul devido à sua maior distância em relação ao mercado consumidor (Brumer, 1994: nota 11, p.96-7).
3. Fonte dos dados brutos: base de dados sobre programas de colonização e assentamento, período 1927-94, organizado por Tavares dos Santos, com a base de dados sobre Conflitos no Campo, da Comissão Pastoral da Terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F.G. de. “Reforma do Estado como fator favorável ao processo de integração”. In: REYDON, P.R.B.P. (org.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil; ajuste, situação atual e perspectivas*. Campinas, Unicamp, 1995. p.169-202.
- ARAÚJO, P.F.C. de. “O crédito rural e sua distribuição no Brasil”. *Estudos Econômicos*, v.13, n.2, 1983.
- BRUMER, A. “Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha”. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre/UFRGS, v.6 (Número especial sobre “Produção familiar, processos e conflitos agrários”), 1994, p.89-111.
- D’INCAO E MELO, M.C. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1975.
- DELGADO, G.C. “Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas”. In: REYDON, P.R.B.P. (org.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil; ajuste, situação atual e perspectivas*. Campinas, Unicamp, 1995. p.199-235.
- _____. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo/Campinas, Icone/Editora da Unicamp, 1985.
- _____. “Tendências da demanda agrícola face à política econômica”. *Dados Conjunturais da Agropecuária*. Brasília, n.157, dez. 1988, p.12-44.
- FAO/INCR. *Diretrizes de política agrícola e desenvolvimento sustentável*. Brasília, março de 1995.
- GOODMAN, D. “Economia e sociedade rurais a partir de 1945”. In: BACHA, E. e KLEIN, H.S. *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro, v.1, Paz e Terra, 1986 (Coleção População, Emprego, Agricultura e Urbanização). p.111-173.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GUANZIROLI, C.H. “Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária”. In: ROMERO, A.; GUANZIROLI, C.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. (orgs.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda; o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro, Vozes/Instituto/FAO, 1994. p.13-68.
- INCR. *Atlas Fundiário Brasileiro*, 1996.
- KAGEYAMA, A. e BERGAMASCO, S.M.P. “A estrutura da produção no campo em 1980”. *Perspectivas*. São Paulo, n.12/13, 1989/90, p.55-72.
- KAGEYAMA, A. et alii. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas, Unicamp, 1987. 121p. mimeo. Apud MARTINE (1989).
- LOPES, M. de R. “Mercados agrícolas e o processo de integração no Mercosul”. In: BRANDÃO, A.S. e PEREIRA, L.V. (org.). *Mercosul: perspectivas da integração*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.203-226.
- MARTINE, G. e BESKOW, P.R. “O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola”. In: MARTINE, G. e GARCIA, R. C. (orgs.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Caetés, 1987, p.19-39.
- MARTINE, G. e GARCIA, R. C. (orgs.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Caetés, 1987.
- MARTINE, G. “Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil”. In: MARTINE, G. e GARCIA, R.C. (orgs.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Caetés, 1987, p.9-15.
- _____. *Fases e faces da modernização agrícola brasileira*. Brasília, Ipeal Iplan, 1989 (Texto para discussão nº 15).
- MEDEIROS, L. et alii (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Editora da Unesp, 1994.
- MEDEIROS, L. S. de. “Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões”. *Cadernos Temáticos*. Rio de Janeiro, n.1, janeiro de 1994.
- MULLER, G. “Agricultura e industrialização do campo no Brasil”. *Revista de Economia Política*, 2/2 (6), 1982.
- NOVAES, R. et alii. “Debate: a reforma agrária hoje”. *Estudos sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, CPDA – UFRRJ, n.6, julho de 1996.
- PARES, A.C.G. “Estado e modernização: a função do crédito agrícola e da política de garantia de preços mínimos”. In: FIGUEIREDO, V. (coord.). *Estado, sociedade e tecnologia agropecuária*. Brasília, FAX, 1989, p.29-77.
- RAMOS, M.P. *O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR*. Santa Cruz do Sul, Unisc, 1995.
- REVISTA VEJA. “O mutirão que salva os bebês; a queda na mortalidade infantil poupa a vida de 20.000 crianças no Nordeste nos últimos dois anos”. São Paulo, Ed. Abril, Ano 29, n.44, p.58-61.
- REZENDE, G.C. de. *Crise externa e agricultura: Brasil, anos 80*. Rio de Janeiro, Fase, 1988.

- _____. "Ajuste externo e agricultura no Brasil 1981/1986". Rio de Janeiro, Ipes/Ipea, nov. 1987 (mimeo.). Apud MARTINE, G. *Fuses e faces da modernização agrícola brasileira*. Brasília, Ipea/Iplan, 1989 (Texto para discussão nº15).
- ROMEIRO, A. et alii (orgs.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda – O Relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro, Vozes/Ibase/FAO, 1994.
- SANDRONI, P. *Questão agrária e campesinato*. São Paulo, Polis, 1980.
- SEYFFERTH, G. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre, Movimento, 1974, p.159 (Coleção Documentos Brasileiros).
- SIMON, E.J. et alii (comissão organizadora). *Mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo, CNPq/Unesp/Polis, 1982.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. "Colonização de novas terras: a continuidade de uma forma de dominação, do Estado Novo à Nova República". *Revista Reforma Agrária*. Campinas, Abra – Associação Brasileira de Reforma Agrária, v.25, n.1, jan./abr. 1995, p.39-64.
- _____. "Conflitos sociais agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais". *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre/UFRGS, v.6 (Número especial sobre "Produção familiar, processos e conflitos agrários"), 1994, p.135-153.
- _____. *Matuchos: exclusão e luta (do Sul para a Amazônia Ocidental)*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- WANDERLEY, M. de N. B. *O camponês: um trabalhador para o capital*. Campinas, Unicamp/IFCH/Depe, 1981, mimeo (Texto para discussão nº2).